



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE-PB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

JARDÊNIO DE OLIVEIRA MARINHO

**A PRODUÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO ORGÂNICO NO MUNICÍPIO DE
JUAREZ TÁVORA-PB: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A REPRODUÇÃO
CAMPONESA NO ASSENTAMENTO MARGARIDA MARIA ALVES I**

**CAMPINA GRANDE – PB
2021**

JARDÊNIO DE OLIVEIRA MARINHO

**A PRODUÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO ORGÂNICO NO MUNICÍPIO DE
JUAREZ TÁVORA-PB: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A REPRODUÇÃO
CAMPONESA NO ASSENTAMENTO MARGARIDA MARIA ALVES I**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso de Licenciatura
Plena em Geografia da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Licenciado
em Geografia.

Orientadora: Profa. Ma. Maria Marta dos Santos Buriti

**CAMPINA GRANDE-PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M338p Marinho, Jardenio de Oliveira.

A produção do algodão colorido orgânico no município de Juarez Távora - PB [manuscrito] : desafios e perspectivas para a reprodução camponesa no assentamento Margarida Maria Alves I / Jardenio de Oliveira Marinho. - 2021.

35 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.

"Orientação : Profa. Ma. Maria Marta dos Santos Buriti, Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."

1. Algodão colorido orgânico. 2. Produção de algodão. 3. Assentamento rural. 4. Reforma agrária. 5. Reprodução camponesa. I. Título

21. ed. CDD 338.7

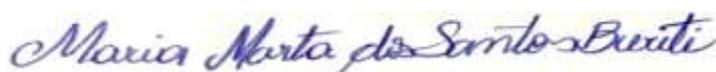
JARDÊNIO DE OLIVEIRA MARINHO

A PRODUÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO ORGÂNICO NO MUNICÍPIO DE
JUAREZ TÁVORA-PB: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A REPRODUÇÃO
CAMPONESA NO ASSENTAMENTO MARGARIDA MARIA ALVES I

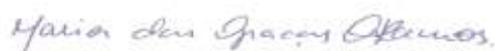
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso de Licenciatura
Plena em Geografia da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Licenciado
em Geografia.

Aprovada em: 01/06/2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Maria Marta dos Santos Buriti (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Maria Das Graças Ouriques Ramos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Weldon Pereira Silva de Novais
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Maria Oliveira e meu pai Severino Marinho, que são pessoas simples, humildes, guerreiros e de bons corações que estão sempre ao meu lado e nunca mediram esforços para me ajudarem, apoiando e fazendo o possível e impossível para realizarem os meus sonhos. E um desses sonhos, foi a continuação dos meus estudos e agora a minha graduação. Sou grato por tudo que vocês fizeram e faz por mim. Saibam que vocês fazem parte da realização desse sonho.

“Aqui o sol nasce primeiro e tão desinibido, e a lua
exibe um estrelado com tanta beleza, que até o
algodão se empolga e já vem colorido, exibições
inexplicáveis da mãe natureza.”

Ton Oliveira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1	A produção do espaço agrário-agrícola no Brasil e a questão agrária	10
2.2	O sistema produtivo camponês	14
2.3	A produção do algodão na Paraíba: contexto histórico e dinâmicas atuais	17
3	METODOLOGIA E MÉTODO	20
3.1	Área de estudo	22
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	28
	APÊNDICE A – ENTREVISTA REALIZADA COM O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO MARGARIDA MARIA ALVES I	31
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO MARGARIDA MARIA ALVES I	33

A PRODUÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO ORGÂNICO NO MUNICÍPIO DE JUAREZ TÁVORA-PB: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO MARGARIDA MARIA ALVES I

THE PRODUCTION OF COLORFUL ORGANIC COTTON IN THE MUNICIPALITY OF JUAREZ TÁVORA-PB: CHALLENGES AND RESPECTIVES FOR PEASANT REPRODUCTION IN THE SETTLEMENT MARGARIDA MARIA ALVES I

Jardênio de Oliveira Marinho¹
Maria Marta dos Santos Buriti²

RESUMO

O presente trabalho discute a produção do algodão colorido orgânico no Assentamento de reforma agrária Margarida Maria Alves I, no município de Juarez Távora, estado da Paraíba. Desta forma, temos aqui como objetivo central compreender os desafios e as perspectivas que entornam a reprodução camponesa no referido Assentamento a partir da produção do algodão colorido orgânico. Do ponto de vista metodológico, partimos de uma perspectiva dialética para apreender uma realidade construída no movimento de contradições. No âmbito da abordagem qualitativa, realizamos pesquisas bibliográfica e de campo para obter as informações teóricas e práticas requeridas no estudo. Os resultados alcançados apontam que a produção do algodão colorido orgânico no Assentamento Margarida Maria Alves I, tem colaborado positivamente para a reprodução camponesa, oportunizando a esta perspectivas melhores de renda. Contudo, observou-se também desafios, dentre os quais, destacam-se: a necessidade constante de aprimoramento das técnicas de combate as pragas; as condições climáticas, que por vezes, se colocam como um fator adverso; a morosidade no retorno financeiro da produção; e, a falta de investimentos mais consistentes por parte do Estado.

Palavras-chave: Algodão Colorido Orgânico. Produção de Algodão. Assentamento Rural. Reforma Agrária. Reprodução Camponesa.

ABSTRACT

This paper discusses the production of organic colored cotton in the Margarida Maria Alves I agrarian reform settlement, in the municipality of Juarez Távora, in the state of Paraíba. Thus, our main objective here is to understand the challenges and perspectives surrounding the peasant reproduction in that Settlement based on the production of organic colored cotton. From a methodological point of view, we start from a dialectical perspective to apprehend a reality built on the movement of contradictions. Within the scope of the qualitative approach, we conducted bibliographic and field research to obtain the theoretical and practical information required in the study. The results achieved point out that the production of organic

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: jardeniomarinho@gmail.com

² Professora Substituta no Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, Mestre e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: martaburiti@geo.ufpb.br

colored cotton in the Margarida Maria Alves I Settlement has contributed positively to peasant reproduction, providing better opportunities for income. However, there are also challenges, among which the following stand out: the constant need to improve pest control techniques; climatic conditions, which sometimes pose themselves as an adverse factor; and, the slowness in the financial return on production and the lack of more consistent investments on the part of the State.

Keywords: Organic Colored Cotton. Cotton Production. Rural Settlement. Land Reform. Peasant Reproduction.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura é uma das práticas mais antigas da humanidade. Por meio dela o ser humano obtém fibras, insumos e alimentos que tanto servem a sua subsistência imediata, como a geração de trabalho e renda. Ao longo do processo histórico evolutivo, diversas espécies vegetais foram domesticadas e utilizadas nos processos produtivos agrícolas, a exemplo do algodão. Considerada uma das fibras mais conhecidas e produzidas no mundo, o algodão (*Gossypium hirsutum latifolium*, Hucth) é cultivado em quase todos os continentes do mundo, fazendo parte da dinâmica econômica e cultural de diversos povos.

No Brasil, a produção do algodão sempre foi expressiva e caracterizada, principalmente, pelo cultivo do algodão convencional. Antes da chegada dos portugueses em 1500, os povos indígenas já conheciam e utilizavam o algodão e com a chegada dos colonizadores, mesmo não tendo sido priorizado como atividade econômica principal, o algodão passa a ser cultivado em algumas áreas para abastecer as demandas internas, iniciando-se o cultivo comercial com destino ao exterior em 1760 (COÊLHO, 2018). Com o processo de modernização do campo que ganha força, sobretudo, a partir da década de 1970, a cotonicultura convencional passou, rapidamente, de uma atividade desempenhada de forma fragmentada com forte participação da produção familiar para um modelo empresarial organizado em torno da mecanização e intensivo no uso de insumos como pesticidas e agrotóxicos. Se por um lado esse novo modelo de produção tornou-se altamente produtivo, por outro, sedimentou uma relação predatória com o meio ambiente e configurou-se como um sistema produtivo com riscos à saúde humana.

Diante deste cenário, o algodão orgânico tem comparecido como uma alternativa para amenizar os impactos ambientais e sociais da produção do algodão convencional, sendo visto como uma cultura agrícola sustentável e capaz de prover renda para a agricultura de base familiar. De modo geral, a produção do algodão orgânico, ainda é pequena no Brasil, mas tem buscado se fortalecer, dentre outras formas, através da articulação de políticas públicas, ações e estratégias desenvolvidas no âmbito da reprodução social e econômica da agricultura de base familiar.

Dentre os estados do Nordeste, a Paraíba tem se destacado pelo cultivo do algodão colorido orgânico, o qual tem se desenvolvido a partir da cooperação técnica estabelecida entre o Estado e a agricultura de base familiar. Foi nesta direção que o algodão colorido orgânico se tornou uma atividade econômica importante para muitas famílias do campo paraibano, inclusive aquelas inseridas em contextos socioterritoriais criados através das ações de Reforma Agrária, como é o caso do Assentamento Margarida Maria Alves I, que se localiza no município de Juarez Távora. O referido Assentamento foi criado em 1997 com a desapropriação da Fazenda São Marcos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e desde então, entre as estratégias de reprodução socioeconômica adotadas, tem apostado no algodão colorido orgânico como atividade geradora de renda e viabilizadora da reprodução camponesa.

Desta forma, levando em conta este quadro e suas possibilidades analíticas, neste trabalho partimos da seguinte questão de pesquisa: de que forma a produção do algodão colorido orgânico tem configurado perspectivas e desafios para a reprodução camponesa no Assentamento Margarida Maria Alves I? Tal inquietação nos colocou diante da necessidade de refletir acerca dos contextos e aspectos que circundam a produção do algodão colorido orgânico neste território criado pela Reforma Agrária e que implicam, diretamente, na reprodução socioeconômica das famílias assentadas.

Para tentar responder a esta questão, o objetivo principal estabelecido consistiu em compreender os desafios e as perspectivas que entornam a reprodução camponesa no Assentamento Margarida Alves I a partir da produção do algodão colorido orgânico.

Do ponto de vista metodológico, partimos de uma perspectiva dialética, a qual nos possibilitou uma análise acerca do fenômeno investigado pautada na articulação de relações diversas que, no movimento das contradições, une a totalidade a suas partes, e vice-versa. Com base nos pressupostos desse princípio de método, o tipo de abordagem privilegiada foi a qualitativa, em que buscamos uma investigação profunda do objeto, de modo a evidenciar uma realidade material produzida no movimento dos sujeitos. Quanto aos objetivos, a pesquisa é de natureza exploratória, o que permitiu uma proximidade maior com a realidade pesquisada. Em se tratando dos procedimentos metodológicos utilizados, fizemos uso de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica teve por finalidade reunir leituras

importantes no âmbito da compreensão teórica do fenômeno. A pesquisa de campo, por sua vez, teve como propósito o contato com a realidade empírica, especificamente, no Assentamento Margarida Maria Alves I, palco das questões analisadas.

Acreditamos que o trabalho é relevante, uma vez que, diante da expansão capitalista no campo e dos seus desdobramentos adversos, sobretudo, do ponto de vista social, territorial e ambiental, torna-se fundamental compreender as práticas e relações de sustentabilidade socioeconômica que configuram a reprodução camponesa no campo. Neste sentido, ao levantar informações empíricas e analisá-las geograficamente, a pesquisa também traz contribuições para os sujeitos pesquisados, uma vez que legará reflexões sobre os desafios e perspectivas indexadas a sua reprodução no território. A partir do estudo realizado será possível apontar se tal atividade e práticas agrícolas são possíveis de serem desenvolvidas em outros municípios do estado através das práticas orgânicas, sendo, portanto, também uma pesquisa colaborativa no que se refere a avaliação de possibilidades para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento social em outros territórios camponeses.

Em síntese, os resultados alcançados apontam que a produção do algodão colorido orgânico no Assentamento Margarida Maria Alves I, tem colaborado positivamente para a reprodução camponesa, oportunizando a esta perspectivas melhores de renda, em razão da diminuição de custos com insumos, como fertilizantes e agrotóxicos. No entanto, ainda assim, observam-se desafios, dentre os quais destacam-se: a necessidade constante de aprimoramento das técnicas de combate as pragas; as condições climáticas, que por vezes, se colocam como um fator adverso; a morosidade no retorno financeiro da produção; e, a falta de investimentos mais consistentes por parte do Estado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A produção do espaço agrário-agrícola no Brasil e a questão agrária

No Brasil, a produção do espaço agrário-agrícola reflete a dinâmica de processos produtivos que, historicamente, privilegiaram o latifúndio e elencaram uma série de fatores territoriais, sociais, econômicos, políticos e ambientais à questão agrária.

Para Fernandes (2013), a questão agrária é um conjunto de problemas produzido e recriado pelo sistema político-econômico hegemônico, o que a coloca também como um produto configurado por sistemas que antecederam o capitalismo. Nesta perspectiva, a expansão do sistema político-econômico hegemônico a cada período histórico, a exemplo deste em voga marcado pelo capitalismo, configura-se como uma força avassaladora que tenta se firmar a qualquer custo, seja se apossando das áreas de produção e das relações sociais, ou destas se apropriando através da subordinação.

Essa conduta põe em tensão modelos produtivos diferentes, a exemplo da agricultura empresarial e da agricultura camponesa que, arraigados sobre relações sociais distintas caminham muitas vezes entre tensões e conflitos gerados no seio de uma estrutura fundiária que concentra a terra e a renda. A confluência de tantas problemáticas fez da questão agrária brasileira uma série de demandas até então irresolutas, que ao longo do tempo foram sendo negligenciadas e secundarizadas no debate político e econômico, e, sobretudo, no plano de ações práticas.

Esse quadro é expressivamente notório com o advento da modernização conservadora, processo que atinge o campo brasileiro a partir da década de 1970 no contexto da revolução verde, e que sedimenta contradições historicamente construídas, ao mesmo tempo em que faz emergir outras. Canuto (2004) afirma que, a modernização conservadora consiste em um processo desigual e excludente que expõe o campo brasileiro a uma nova dinâmica marcada por um modelo de produção, o agronegócio, que centraliza ainda mais a terra e a renda.

Com esse aspecto, a modernização do campo, mais do que um processo que articulou diversos territórios e sujeitos, configurou-se como algo complexo marcado pelo crescimento econômico de setores e territórios específicos, e pela exclusão e expropriação de outros tantos Brasil afora. Desse ponto de vista, segundo Fernandes (2004), o agronegócio é também uma construção ideológica que busca mudar a imagem de um campo latifundiário que possui um caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente.

Na leitura de Oliveira (2007, p. 148):

O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente

se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados.

É, portanto, um modelo que busca expandir sua racionalidade no campo e tornar tudo e todos a ele suscetível. O agronegócio tem como plano de fundo a incorporação cada vez mais intensa de tecnologia e capital na produção que passa a ter como destino estratégico os mercados mundiais. Se por um lado o agronegócio tem sido responsável por elevar a economia do país nas últimas décadas com a exportação de commodities, por outro, tem sido associado ao agravamento de problemas sociais, territoriais e ambientais no campo brasileiro.

A busca incessante pela produtividade elevada faz com que esse modelo se pautar cada vez mais no uso de insumos que acelerem o tempo de produção diminuindo as perdas e reduzindo custos com mão de obra. Nesta direção, na medida em que se expande economicamente como um modelo altamente rentável, o agronegócio também passa a se configurar como um modelo que provoca impactos ambientais e que intensifica as tensões socioterritoriais no campo, pois a expansão das fronteiras agrícolas avança constantemente favorecendo o caráter hegemônico da grande propriedade.

Dessa forma, entre tantas questões irresolutas, é pertinente refletir acerca das possibilidades para a superação, ou numa visão mais realista, para a amenização dos efeitos diversos da contrariedade da expansão capitalista no campo e, conseqüentemente, na produção do espaço agrário-agrícola no Brasil. Entre estas possibilidades, temos a Reforma Agrária que, ao invés de um processo estrutural capaz de prover uma mudança revolucionária na estrutura fundiária brasileira, infelizmente tem se configurado através de ações pontuais e fragmentadas que, embora importantes, não resolvem a questão da concentração fundiária em sua totalidade.

De acordo com Oliveira (2007, p. 89), a reforma agrária:

Constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal.

No Brasil, a partir do processo de modernização (conservadora) do campo, na medida em que a propriedade se tornou, ainda mais, concentrada e as desigualdades de renda aumentaram, as lutas organizadas dos trabalhadores rurais sem terra e dos pequenos minifundistas se intensificaram e se ampliaram, tornando-se um dos principais combustíveis a movimentar as ações no âmbito da reforma agrária. Desta forma, a Reforma Agrária no Brasil foi se constituindo como ações executadas em resposta às pressões no campo evidenciadas pela luta camponesa. Na concepção de Oliveira (2007), a luta e a resistência têm sido importantes e impulsionado as ações que vem sendo efetivada pelos governos, principalmente a partir da década de 1990. Com esse aspecto, a reforma agrária revela-se como uma reação e não como uma ação bem planejada e articulada que pudesse surtir um efeito estrutural na estrutura agrária brasileira.

A luta dos camponeses, da qual fazem parte diversos movimentos a exemplo do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), não é apenas objeto de efetivação de projetos de reforma agrária, é também objeto de forte repressão e enfrentamento, o que contribui para o aumento dos conflitos e da violência no campo. Para Mitidiero Junior (2017) a violência nos conflitos do campo no Brasil, constatada através de assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças, pistolagem, expulsões, despejos e destruição de bens de populações camponesas, índios e quilombolas, vem aumentando nos últimos anos, o que reflete a permanência e a recriação de problemas graves da questão agrária brasileira.

Nestas condições, a produção do espaço agrário-agrícola no Brasil caminha entre uma questão agrária permeada de novos e velhos problemas, em que os modelos de produção hegemônicos se expandem e intensificam os conflitos socioterritoriais. Diante desse contexto, a Reforma Agrária só poderá ter um efeito positivo mais significativo se implantada como um projeto estrutural, que contemple ações de redistribuição de terras e de criação de formas de reprodução socioeconômica nos assentamentos rurais. Os rumos da questão agrária brasileira deixaram claro que desconstruir as desigualdades no campo não requer apenas promover o acesso à terra. É preciso também dignificar a vida dos camponeses nas terras conquistadas.

No Brasil, as ações inseridas nos projetos de Reforma Agrária têm sido operacionalizadas desde a década de 1970 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O INCRA é uma Autarquia Federal que tem entre suas

finalidades permitir o acesso à terra por meio da criação e implantação de assentamentos rurais via desapropriação, da regularização fundiária de terras públicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária (BRASIL, 2021).

Todavia, desde a década de 1990, além da Reforma Agrária conduzida pelo INCRA chamada de “Convencional”, tem-se no Brasil um outro modelo de reforma agrária, a Reforma Agrária de Mercado (COCA, 2013). Este último modelo faz parte das estratégias conduzidas pelo mercado, e consiste em um modelo baseado na compra e venda de terras como ação de reforma agrária. Contudo, esse modelo vem sendo muito criticado, pois mais do que permitir o acesso e a permanência das famílias nas terras, tem sido fator de endividamento e de abandono das propriedades adquiridas.

O que podemos perceber, portanto, é que a complexidade da questão agrária é tamanha que até as “soluções” vão se tornando emblemáticas. É urgente a necessidade de estabelecer ações que possam levar a redução de desigualdades no campo, mas isso tem se tornado ainda mais conflituoso com a expansão do modelo econômico hegemônico que coloca como estrutura central de produção a grande propriedade.

2.2 O sistema produtivo camponês

O sistema produtivo camponês apresenta diferentes características, entre as quais é notória a centralidade das atividades nas demandas da família. Para Gaspareto (2016), uma das questões que diferencia a agricultura camponesa das demais é o seu jeito de se inserir no contexto global do capital, seus objetivos econômicos e as experiências de sociabilidade que ela possibilita. Tal compreensão atribui a agricultura camponesa e ao seu sistema produtivo aspectos que lhes são comuns e que se explicam por um modo particular de relacionamento com a terra, com o trabalho e com a produção. Para Bastidas (2018) os camponeses, por tradição, possuem forte relação com o trabalho na terra, pois têm uma forma particular de utilizar seus recursos naturais e de desenvolver um tipo de economia interna.

Mendras (1976), apud Wanderley (1996) afirma que, há cinco traços característicos das sociedades camponesas, são eles: 1) uma relativa autonomia face à sociedade global; 2) a importância estrutural dos grupos domésticos; 3) um sistema

econômico de autarcia relativa; 4) uma sociedade de interconhecimentos; e, 5) a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global. Desta forma, essencialmente o camponês é um sujeito que opera sob a perspectiva da economia de resistência, que não atende somente as suas necessidades imediatas, mas também consubstancia sua reprodução social.

Os camponeses representam, portanto, um sistema produtivo tradicional e uma formação social específica que, mesmo tendo origem bastante antiga, não desaparece frente ao processo de expansão do modelo capitalista de produção no campo. Nas palavras de Wanderley (1996, p. 6), o camponês:

[...] continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Pode-se identificar, portanto, em diversos países, na atualidade, setores mais ou menos expressivos, que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, tanto em sua forma de produzir, quanto em sua vida social.

No Brasil, o processo histórico formativo do território e neste as diversas dinâmicas produtivas, legaram a essencialidade camponesa muitos tipos, a exemplo do posseiro, do caiçara, do lavrador, etc. Ambos têm o aspecto do trabalho e da produção familiar como marca, e é importante ter em mente que este não é um mero detalhe superficial e descritivo. O fato de uma “estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 1996, p. 2).

De acordo com Fernandes (2001), todo camponês é um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é um camponês. Isso implica dizer que há na racionalidade camponesa toda uma forma particular de se relacionar, por exemplo, com o mercado. Alves (1997) destaca que a agricultura camponesa possui caracteres que a diferencia também da agricultura familiar que tem se configurado no campo marcado pela expansão capitalista. Nesta concepção, a agricultura camponesa adota um modelo de produção e reprodução que, mesmo quando estabelecendo algum tipo de relação com o mercado, tem como foco as necessidades da dinâmica interna do território e da família.

Nas últimas décadas, com o agravamento das questões ambientais em razão da expansão capitalista no campo, o sistema produtivo camponês também passou a se tornar referência em sustentabilidade. A palavra sustentável significa sustentar, suportar ou manter, conforme apresenta Kamiyama (2011). A agricultura sustentável surgiu a partir dos anos de 1970, e apresenta inúmeras definições. As elaboradas pela

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), são as mais aceitas.

Agricultura sustentável é o manejo e a conservação da base de recursos naturais e a orientação tecnológica e institucional, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável (agricultura, exploração florestal e pesca) resulta na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável (KAMIYAMA, 2011, p.20).

Nesse sentido, a agricultura sustentável é empregada para definir a incorporação às ideias ambientais e sociais aos sistemas de produções. Assim, a agricultura orgânica é uma linha difundida em meio a essa perspectiva de agricultura sustentável. Kamiyama (2011) afirma que há, neste tipo de agricultura, uma preocupação com boas práticas agrícolas, baseadas na diversificação e rotação de culturas, adubação orgânica, manejo ecológico de pragas e doenças e a preservação ambiental.

Desta forma, de acordo com a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro 2003:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica; a maximização dos benefícios sociais; a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos; e a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (KAMIYAMA, 2011, p.27).

Em síntese, são diversos os benefícios propostos pela agricultura sustentável, a exemplo das utilizações de insumos naturais com menor custo possível, consumo de alimentos sem agrotóxicos e implantação de sementes com baixo custo e diminuição de pesticidas, irrigação consciente, entre outros.

Nesta direção, o sistema produtivo camponês é exponencialmente positivo, pois tem buscado assegurar sua reprodução mediante a adoção de atividades desenvolvidas de forma sustentável, que muito mais do que o lucro, visam, através do trabalho familiar e da produção de alimentos e matérias-primas diversificadas, atender as suas necessidades básicas e colaborar com a segurança alimentar da sociedade.

2.3 A produção do algodão na Paraíba: contextos históricos e dinâmicos atuais

O algodão (*Gossypium hirsutum latifolium*, Hucth) é uma das fibras mais conhecidas e cultivadas no mundo, tendo em vista que a domesticação desta espécie vegetal aconteceu há bastante tempo. Vários campos de estudos apontam que em quase todos os continentes, há milhares de anos, diversos povos se dedicam a cultura algodoeira (FARIAS, 2010). Povos, a exemplo dos incas e outras civilizações antigas, já utilizavam o algodão em suas demandas cotidianas, o que evidencia seu uso muito antes das gerações mais recentes torná-lo uma importante e rentável atividade econômica.

No Brasil, segundo Coêlho (2018), o algodão já era conhecido pelos povos indígenas antes da chegada dos portugueses em 1500. Após a chegada dos colonizadores, apesar de não ter sido priorizado como atividade produtiva principal, o algodão foi se tornando gradativamente importante ao ser cultivado inicialmente com o objetivo de abastecer o mercado consumidor interno de fibras utilizadas nas tecelagens simples e, posteriormente, como matéria-prima incluída na pauta de exportação (COÊLHO, 2018).

Dessa maneira, o algodão também se constituiu, ainda que em um nível menor em relação a outras culturas, como uma atividade relevante no âmbito da ocupação e apropriação do território brasileiro. Na região Nordeste, a ocupação territorial foi marcada por processos econômicos diversos e, em alguns casos, complementares, que serviram de base não só para a configuração de dinâmicas econômicas, como também para a configuração dos padrões de povoamento da região. Neste contexto, o cultivo do algodão, que de forma mais expressiva começou na região em meados do século XVIII e começo do século XIX, compareceu como uma atividade importante que impulsionou a economia local e acelerou o processo de industrialização do país ao viabilizar os processos fabris do segmento têxtil (MACEDO, 2019).

Na região Nordeste, conforme salientado por Holanda (2014), a produção do algodão se concentrava, *a priori*, em parte dos estados do Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e era realizada em propriedades policultoras onde esta atividade coexistia com outras culturas agrícolas. Ao longo dos últimos séculos, o cultivo do algodão no Nordeste ocupou extensas áreas, com plantios realizados em latifúndios e em propriedades menores onde ocorria em sistema consorciado à outras culturas de subsistência, tanto agrícolas como pecuárias (CARTAXO *et al.* 2008).

Na segunda metade da década de 1970, segundo Cartaxo et al. (2008), o cultivo do algodão começou a perder espaço na região Nordeste, o que estava associado a diversas questões, entre as quais, destacam-se a produtividade e rentabilidade reduzida, a falta de investimento público através de cooperações técnicas e a fragmentação da cadeia produtiva. Na década de 1980 a cultura do algodão, que já se encontrava em situação difícil, é acometida pela praga do bicudo (*Anthonomus grandis*), fato que acarretou inúmeros prejuízos para as regiões produtoras do país, inclusive na região Nordeste, onde as principais consequências foram a redução das áreas cultivadas, a intensificação êxodo rural e o agravamento do desemprego (CARTAXO, 2008).

Conforme apresentado por Kogiso (2011), desde o século XIX, o estado da Paraíba possuía o título de ter um espaço de produção do algodão reconhecido internacionalmente. Mesmo sendo cultivado associado com outras culturas como: a fava, o milho, o feijão, entre outros, o algodão esteve em alta no mercado internacional, sobretudo em meados do século XX, e isso aumentou a demanda na produção paraibana, oportunizando ao estado vivenciar momentos de dinamismo econômico em face desta atividade.

Foi desta forma que o algodão se expandiu por grande parte do território paraibano, chegando a disputar espaço até mesmo com a cana-de-açúcar na Zona da Mata. Porém, foi no Sertão e no Agreste que ele ganhou grande espaço e expandiu-se, com a introdução de novas variedades de algodão, a exemplo do algodão Arbóreo, também conhecido como Mocó (KOGISO, 2011).

Ainda segundo Kogiso (2011), um dos fatores que contribuíram para o sucesso do algodão no sertão paraibano, foi a construção de grandes unidades de beneficiamento de fibras e caroço com capital estrangeiro como a SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil – e a Anderson Clayton. Quem se destacou neste processo foi Campina Grande-PB, que ficou conhecida internacionalmente pelo fato de ser o centro comercial do algodão, condição devida à sua localização geográfica estratégica que lhes permitiu constituir um elo entre o sertão paraibano e a capital do estado, como também articular-se com cidades de Pernambuco. Campina Grande nesse período (final do século XIX-1945) era chamada de Liverpool brasileira, chegando a se configurar como segunda maior praça exportadora de algodão do mundo (KOGISO, 2011).

No contexto atual, no Brasil, a cotonicultura encontra-se fortemente influenciada pelos processos de modernização do campo, tanto em suas benesses como em suas contradições. O algodão convencional ou comum, sistema predominante (IBGE, 2020), tem se caracterizado como uma atividade com elevado índice de tecnificação e altamente dependente de agrotóxicos, pautando-se principalmente em um modelo de produção empresarial, que atua, sobretudo, em áreas estratégicas do cerrado do Centro-Oeste e nas áreas de cerrado da Bahia, Piauí e Maranhão (COÊLHO, 2018).

Na Paraíba, nos últimos anos, o grande destaque em termos de cotonicultura tem sido a produção de outro tipo de algodão, o algodão colorido orgânico. De acordo com a Embrapa (2020), a primeira cultivar de algodão colorido ocorreu há 20 anos, tendo como finalidade oferecer alternativas de renda para os agricultores inseridos no Semiárido e também prover formas mais sustentáveis de relacionamento com o meio ambiente. Assim, foram lançadas seis variedades de algodão colorido orgânico, com tonalidades que variam do verde aos marrons claro e avermelhado. A cultivar mais adotada pelos produtores é a BRS Rubi, por sua tonalidade mais escura, que é mais demandada pela indústria têxtil (EMBRAPA, 2020).

De acordo com Cartaxo et al. (2008), nessa vertente da produção sustentável do algodão, que se dá principalmente no contexto da agricultura de base familiar, não há o uso de insumos químicos nas lavouras, sendo aplicadas diversas medidas de controle natural para manutenção das lavouras, como adubação orgânica, plantio espaçado e consórcio com culturas alimentares anuais, e para o controle de pragas são aplicadas estratégias diversas como formulações orgânicas elaboradas a partir de compostos vegetais e orgânico.

A expansão das áreas do plantio do algodão orgânico está estritamente ligada à ampliação das parcerias com empresas que fazem uso do preço justo de mercado, preferência dos consumidores por produtos dessa natureza (CARTAXO *et al.*, 2008). Diante dessa realidade, a produção do algodão orgânico surge como uma importante ferramenta norteadora das práticas a serem desenvolvidas no processo de produção familiar, pois se atrela ao manejo sustentável dos recursos naturais e promove transformações sociais, ecológicas e econômicas fundamentais para assegurar a sustentabilidade na agricultura e no desenvolvimento rural (BELTRÃO *et al.*, 2009).

No estado da Paraíba, o Assentamento Margarida Maria Alves I, localizado no município de Juarez Távora, recebe destaque pela produção do algodão colorido

orgânico cultivado no âmbito da agricultura de base familiar, camponesa. O Assentamento, criado em 1997, adotou inicialmente a produção do algodão convencional, onde se fazia uso de aplicação de agroquímicos e inseticidas. Contudo, a partir do estabelecimento de parcerias com empresas públicas e privadas especializadas na produção do algodão colorido orgânico, o algodão convencional foi sendo substituído e dando lugar a um cultivo mais sustentável e rentável economicamente para as famílias assentadas.

Dessa forma, o Assentamento passou pela transição do modelo convencional para o modelo orgânico, possuindo assim, experiências e estratégias que com potencial para disseminação para outros municípios e estados. Para Queiroga, Carvalho e Cardoso (2008), em virtude das características edafoclimáticas do Nordeste, das propriedades rurais ocupadas majoritariamente por agricultores de base familiar, que possuem experiência no cultivo de gêneros agrícolas diversificados com o emprego da mão de obra familiar, a região favorece o cultivo do algodão nesse sistema, mais sustentável.

3 METODOLOGIA E MÉTODO

A dialética foi a perspectiva utilizada nessa pesquisa, a qual permitiu um estudo do fenômeno considerando as inter-relação entre sujeitos e suas materialidades, evidenciando as contradições decorrentes. Na Geografia, compreende-se que a perspectiva dialética é assertiva no pensar o espaço como um enredo complexo erguido no movimento tempo-espaço e na contextualização geográfica dos fenômenos. Para Lefebvre (1975), a dialética compreende um sistema de ideias que coloca em destaque uma realidade concreta como uma unicidade em movimento compartimentada por contradições. Nesta perspectiva, conforme o autor, recorrem leis gerais (a interação universal; o movimento universal; a unidade dos contraditórios; a transformação da quantidade em qualidade; e a superação), que emanam regras práticas para a análise do movimento da realidade.

Do ponto de vista da abordagem, priorizamos a abordagem qualitativa, a qual pressupõe um mundo de relação entre a realidade material e o sujeito, em que se evidenciam questões que não podem ser, simplesmente, traduzidas em números (PRODANOV; FREITAS, 2013). Do ponto de vista dos nossos objetivos, a pesquisa foi do tipo exploratória, que entre suas finalidades tem a função de aproximar o

pesquisador e a realidade investigada, proporcionando, assim, uma análise mais profunda dentro das dimensões do objeto considerado. Para Gil (2002), a pesquisa exploratória possibilita familiaridade com o problema, de modo a ter clareza nas hipóteses levantadas e nos demais processos de análise desempenhados.

A princípio, foi realizada uma pesquisa bibliográfica das principais obras para estruturar as bases teóricas de grande importância para reflexão do objeto de estudo. Assim, foram feitos levantamentos bibliográficos acerca da temática de espaço agrário no Brasil, da produção de algodão colorido em escala local e o sistema produtivo camponês.

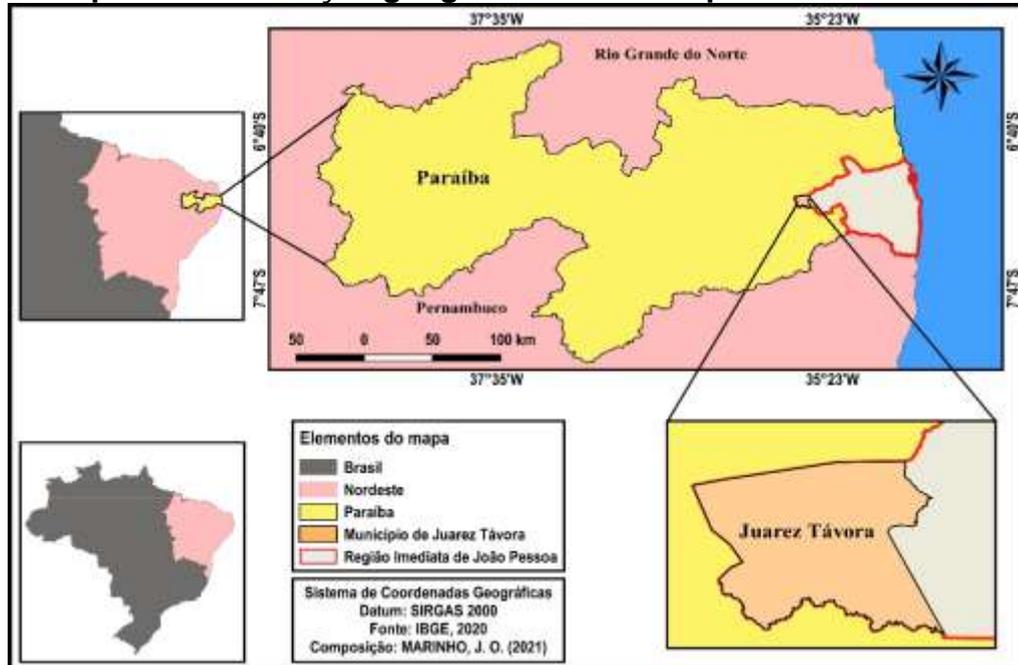
Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo, pela qual buscamos apreender a realidade empírica e abranger *in loco* o fenômeno investigado. Para isto, houve uma aliança entre os instrumentos qualitativos e quantitativos, com base em entrevista semiestruturada e em questionários. De início, contamos com uma entrevista semiestruturada realizada com o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Margarida Maria Alves I (Apêndice A), a fim de obter informações específicas sobre o Assentamento, bem como as atividades produzidas na área assentada, o ganho financeiro através do plantio do algodão colorido, como também as dificuldades e as estratégias utilizadas pelos produtores, tendo assim, as informações relevantes. Adiante, houve a aplicação de questionários com 30 assentados do Assentamento Margarida Maria Alves I (Apêndice B), onde a produção do algodão colorido se localiza. O objetivo foi analisar a produção do algodão colorido, os desafios e perspectivas para a reprodução camponesa no Assentamento.

3.1 Área de estudo

O Assentamento Margarida Maria Alves I, está localizado no município de Juarez Távora, no estado da Paraíba. Conforme a regionalização do IBGE (2017), encontra-se inserido na Região Intermediária de João Pessoa e Região Imediata de Itabaiana (Mapa 1), compreendendo em seu território uma área equivalente a 70,84 Km². A população estimada, segundo o IBGE (2020) é de 7.976 habitantes. Apresenta altitudes em torno de 180m acima do nível do mar, relevo predominantemente suave-ondulado, cortada por vales estreitos, com vertentes dissecadas, predomínio de solos

Litólicos, rasos, pedregosos e fertilidade natural média. Segundo a classificação de Köppen o clima é do tipo Tropical Semiárido, com chuvas de verão (CPRM, 2005).

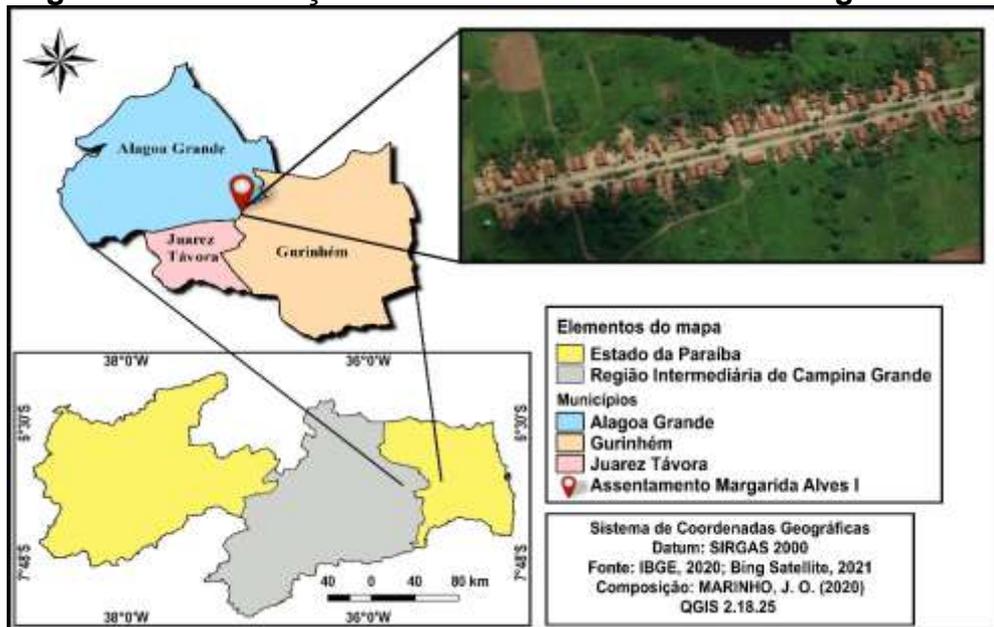
Mapa 1 – Localização geográfica do município de Juarez Távora-PB



Fonte: Elaboração do autor (2021).

O Assentamento Margarida Maria Alves I (Figura 1), localizado a 8 km da sede do município de Juarez Távora, possui uma área equivalente a 736 hectares e resultou da desapropriação da Fazenda São Marcos, em 1997. Residem no Assentamento 48 famílias, das quais 36 são cadastradas no INCRA como beneficiárias e o restante é composta pelos agregados, isto é, os descendentes das famílias beneficiárias que foram por lá fixando morada.

Figura 1 – Localização da sede do Assentamento Margarida M. Alves I



Fonte: Elaboração do autor (2021).

No Assentamento, inicialmente buscou-se investir na produção do algodão convencional como uma fonte de renda complementar às demais culturas agrícolas alimentares praticadas. Todavia, como discutiremos mais detalhadamente a seguir, esse modelo se mostrou de baixo rendimento, com riscos potenciais a saúde dos assentados e ao meio ambiente, o que levou a implementação da produção do algodão orgânico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Assentamento Margarida Maria Alves I, conhecido popularmente por Sítio São Marcos, está localizado na divisa dos municípios de Juarez Távora, Alagoa Grande e Gurinhém, no estado da Paraíba. Antes de se tornar um Assentamento através das ações do INCRA, a localidade consistia na Fazenda São Marcos, de propriedade do ex-prefeito do município de Juarez Távora, o senhor Marcos Odilon. Em 1997, ocorreu a criação oficial do Assentamento, que, compreendendo uma área de 736 hectares de terra, beneficiou 36 famílias.

De acordo com as informações repassadas pelo Presidente da Associação de moradores do Assentamento, a produção do algodão sempre foi uma atividade expressiva na região e com a criação do Assentamento, uma das formas de estruturação econômica adotada foi justamente o algodão, onde através da parceria

com a Embrapa, houve o acesso as sementes de algodão convencional que começou a ser cultivado em uma área de 30 hectares pelas famílias assentadas.

Desta forma, o algodão convencional se tornou, a princípio, uma fonte de renda para os assentados, porém, não se configurou como uma atividade muito vantajosa, tendo em vista os elevados custos de produção em que se fazia uso de insumos, a exemplo dos pesticidas, que encareciam o processo produtivo. Diante de anos de adversidades, em 2013, a Embrapa em parceria com os assentados distribuiu sementes do algodão colorido, corroborando para o início da produção do algodão orgânico no Assentamento.

A espécie cultivada na localidade é conhecida como Rubi, a qual se caracteriza por uma pluma de cor avermelhada (Figura 2). A produção ocorre de forma totalmente orgânica, não sendo utilizado nenhum tipo de fertilizante químico ou agrotóxico.

Figura 2 –Algodão colorido orgânico cultivado no Assentamento Margarida Maria Alves I



Fonte: Acervo do autor (2021).

De acordo com o Presidente da Associação, no Assentamento existem duas modalidades para o plantio: individual e coletiva. No sistema coletivo há 35 agricultores vinculados a produção e toda renda gerada é depositada na conta bancária da Associação para serem gastos com eventuais despesas da Associação. Na modalidade individual, cada agricultor é responsável pelo seu cultivo e se utiliza da renda gerada como preferir.

A Associação possui uma usina (Figura 3) própria onde se dispõe de máquinas utilizadas no processo de descarçamento e montagem dos fardos de algodão (Figura 4) que seguem para a distribuição e comercialização.

Figura 3 - A usina do Assentamento Margarida Maria Alves I



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 4 - Fardos de algodão colorido orgânico prontos para a comercialização



Fonte: Acervo do autor (2021)

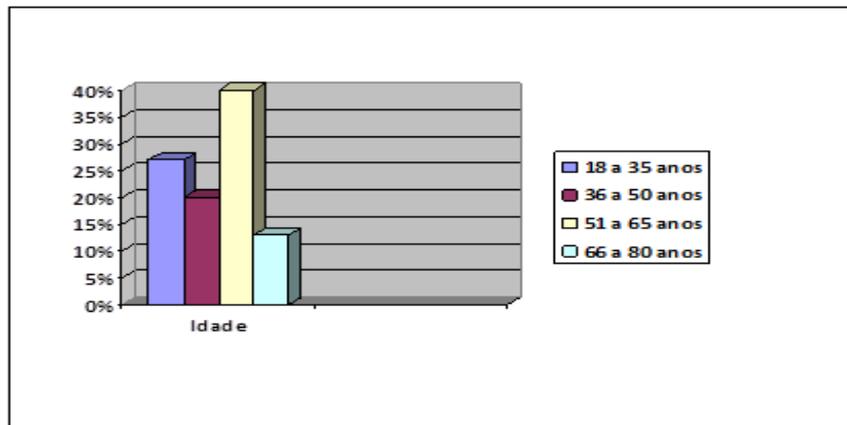
Há um plantio por ano de algodão colorido orgânico no Assentamento, sendo a colheita entre os meses de setembro e dezembro. A venda do algodão é feita para

duas empresas, a Natura Cotton Color, que exporta o algodão colorido orgânico para mais de dez países, a exemplo de Japão, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França e Arábia Saudita; e, para a empresa Rede Santa Luzia, que utiliza o algodão, principalmente, na confecção de redes no município de São Bento-PB.

No que se refere aos rendimentos provenientes do algodão colorido orgânico, ao longo dos 07 anos cultivados no Assentamento, o Presidente da Associação destaca que há um movimento variável que vai de 50.000 mil reais a 150.000 mil reais, em períodos mais favoráveis. No ano de 2020, o valor da safra foi de 53.000 mil reais. Neste sentido, a atividade vai comparecendo como uma estratégia importante no âmbito da reprodução camponesa neste território, onde além de uma fonte de renda, tem comparecido, como uma prática sustentável.

Das 36 famílias cadastradas no INCRA como beneficiárias do Assentamento, conseguimos obter informações, via questionários, de 30. A faixa etária dos representantes destas famílias que responderam ao questionário pode ser conferida no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Faixa etária dos representantes das famílias assentadas que responderam ao questionário



Fonte: Elaboração do autor (2021)

Com base nos resultados alcançados, constatamos que a maioria das famílias é composta por 3-4 pessoas, e possui renda de 1 salário mínimo. Do ponto de vista da escolaridade, 50% dos entrevistados possui o ensino fundamental incompleto, entre o restante temos ainda 17 % que alegaram não ser alfabetizados.

Quando questionados acerca do papel da produção do algodão colorido orgânico na composição da renda, todos os entrevistados afirmaram que, embora importante, não compõe a totalidade da renda, precisando esta ser complementada com outras atividades, a exemplo de pequenos cultivos de alimentos e da criação de animais. No entanto, nem todos optam por desenvolver atividades complementares, sendo, para estes, o algodão a atividade unicamente geradora de renda. Dessa forma, é possível verificar que alguns vivem só do plantio do algodão colorido orgânico para sobreviver, bem como de benefícios advindos de programas sociais federais, a exemplo do Bolsa Família.

Diante deste cenário, pode-se apreender que a produção do algodão colorido orgânico cria possibilidades para a reprodução camponesa no Assentamento Margaria Maria Alves I, no município pesquisado, pois possibilita um uso mais racional e sustentável dos insumos e dos recursos naturais, o que se converte em uma melhoria de renda. Ainda assim, identificam-se desafios, dentre os quais destaca-se: a necessidade constante de aprimoramento das técnicas de combate as pragas; as condições climáticas, que por vezes, se colocam como um fator adverso; e, a morosidade no retorno financeiro da produção.

Os produtores do Assentamento têm buscado estratégias para superar estes desafios, a exemplo do plantio direto e em consórcio e da utilização de plantas naturais como forma de combate as pragas que afetam a produção, como é o caso da utilização da Maniçoba (*Manihot spp. Euphorbiaceae*) que funciona como repelente natural contra as pragas.

Contudo, nota-se que é necessário a ampliação das ações de cooperação técnica e financeira com o Estado, de modo que seja possível potencializar a produção do algodão colorido orgânico neste território. Para isto, deve-se intensificar as parcerias em direção ao desenvolvimento de pesquisas, práticas e ações que possam tornar esta atividade capaz de responder pelo o sustento completo destas famílias, ainda que estas, continuem praticando atividades complementares que são importantes na perspectiva dos cultivos diversificados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada e levantamento feito na área em foco, é possível afirmar que o algodão colorido orgânico é uma fonte de renda para os assentados do

Assentamento Margarida Maria Alves I, no município de Juarez Távora-PB. Importante sob diversos aspectos que favorecem o fortalecimento dos contextos de reprodução camponesa, pois, além de se estabelecer como renda, fortalece o trabalho familiar e o relacionamento sustentável com o meio ambiente.

Contudo, é notório que durante os seguidos anos de produção, o mesmo apresenta queda na produção e no lucro, podendo ser atribuídos a essa queda, fatores diversos, como aquele que acreditamos ser o mais central: a falta de investimento e incentivos por partes do Estado, para que possam ser oferecidos aos assentados informações, técnicas e subsídios financeiros. É também um fator desafiador para a produção do algodão colorido orgânico no Assentamento, a morosidade no retorno financeiro da produção, o que, provavelmente, está atrelado com o estabelecimento de relações comerciais restritas.

Mesmo com todos esses desafios, o algodão colorido elevou o nome do Assentamento tornando-o reconhecido a nível estadual, nacional e mundial. Diante das perspectivas e desafios identificados em campo, chamamos atenção para a necessidade de ações que busquem articular os assentados em prol da produção do algodão colorido orgânico, bem como oferecer a estas condições de permanecer na atividade.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. A agricultura familiar. **Revista de Política Agrícola** – v. 6, n. 3- jul/set 1997.

BASTIDAS, D. C. C. **Perspectiva agroecológica do sistema de produção de camponeses do maciço colombiano**. 2018. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos, 2018.

BELTRÃO, N. E. M.; SILVA, C. A. D.; BASTOS, C. S.; SUINAGA, F. A.; ARRIEL, N. H. C.; RAMALHO, F. S. **Algodão Agroecológico: opção de agronegócio para o Semiárido do Brasil**. Campina Grande: Embrapa Algodão, 2009. 62p.

CARTAXO, W. V.; GUIMARÃES, F. M.; SOARES, J. J.; BELTRÃO, N. E. M. **Potencialidades da produção de algodão pela agricultura familiar no Nordeste**. Campina Grande: Embrapa Algodão, 2008. 28p.

COCA, E. L.F. Debatendo o conceito de reforma agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. *Campo-Território*, v. 8, n. 16, p. 170-197, 2013.

COELHO, J. D. Produção de Algodão. **Caderno Setorial ETENE**, v.3, n. 26, p. 1-7, mar. 2018. Disponível em:
<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3063080/26_algodao_03-2018.pdf/3d6ca56b-51e5-8f44-556b-e020feed049a>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Juarez Távora, estado da Paraíba. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/16097/1/Rel_Juarez_Tavora.pdf

FARIAS, P. S. C. **Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados da Paraíba (2000-2008)**: uma dimensão geográfica da flexibilização do produto, na produção e do consumo de moda, fibras, têxteis e confecções. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (Livre-docência Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *Agrária*. S/l, n. 1, p. 16-36, 2004.

FERNANDES, B. M. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLANDA, V. C. C. de. Modernizações e espaços seletivos no Nordeste brasileiro. **Revista de Geografia**, UFPE, v. 31, n. 1, 2014.

GASPARETO, S. A. K. A agricultura camponesa (des) aparecerá Frente às determinações do capital e/ou se (re) criará? **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 3, p. 34 - 48, set./dez. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Assentamentos. **INCRA**: Brasília (Sede), 2020. Disponível em:
<<http://www.incra.gov.br/pt/contatos.html>>. Acesso em: 26 de novembro de 2020.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

KAMIYAMA, A. **Cadernos de Educação Ambiental: Agricultura sustentável**. São Paulo: SMA, 2011. *E-book*.

KOGISO, T. M. G. S. **A revitalização da Cotonicultura na Paraíba**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Secretária de Educação à distância – SEAD.

MACEDO, M. Ciclo do algodão no Brasil. **Educa Mais Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/ciclo-do-algodao-no-brasil>>. Acesso em: 26 de novembro de 2020.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. Boletim DATALUTA. 2017. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/6artigodomes_2017.pdf. Acesso em; 10 de mai. de 2021.

OLIVEIRA, A. U. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: **FFLCH**, 2007, 184p.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROGA, V. P.; CARVALHO, L. P.; CARDOSO, G. D. **Cultivo do algodão colorido orgânico na região Semi-Árida do Nordeste brasileiro**. Campina Grande: Embrapa Algodão, 2008. 49p.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. Caxambu-MG. 1996. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf> Acesso em: 10 de mai. de 2021.

**APÊNDICE A – ENTREVISTA REALIZADA COM O PRESIDENTE DA
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO MARGARIDA MARIA
ALVES I**

NOME: _____ IDADE: _____

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO: _____

1) QUANDO FOI CRIADO O ASSENTAMENTO? QUANTOS HECTARES TEM A ÁREA TOTAL DO ASSENTAMENTO?

2) QUAL ERA O TAMANHO DA ÁREA INICIAL QUE ERA CULTIVADO O ALGODÃO? E QUAL O TAMANHO ATUALMENTE?

3) QUANDO INICIOU A PRODUÇÃO DE ALGODÃO? JÁ ERA ORGÂNICO?

4) QUANTAS FAMÍLIAS FORAM ASSENTADAS? TODAS SÃO SÓCIAS?

5) QUANTOS SÓCIOS TINHA NO INÍCIO? QUANTOS TÊM AGORA?

6) TODOS OS SÓCIOS, TRABALHAM NA PRODUÇÃO DE ALGODÃO?

7) QUEM FORNECEU AS SEMENTES NO INÍCIO? QUEM FORNECE AGORA?

8) QUAL É O NOME DA SEMENTE CULTIVADA, ATUALMENTE?

9) O CULTIVO É FEITO DE FORMA COLETIVA OU INDIVIDUAL?

10) É USADO ALGUM ADUBO OU FERTILIZANTE?

11) QUAL É A FORMA DE PLANTIO UTILIZADA? LERÕES, PLANTIO DIRETO, COVAS OU IRRIGAÇÃO?

12) COMO É FEITO O PREPARO DA TERRA?

13) COMO É FEITO A DISTRIBUIÇÃO DO DINHEIRO DAS VENDAS?

14) COMO É FEITA A VENDA DO ALGODÃO? QUEM SÃO OS COMPRADORES?

15) SÃO QUANTAS PRODUÇÕES POR ANO? EM QUAIS MESES OCORRE A COLHEITA?

16) DEPOIS DE COLHIDO, COMO OCORRE O PROCESSO DE PREPARAÇÃO PARA A VENDA DO ALGODÃO?

17) QUANTO FOI PRODUZIDO E QUANTO FOI LUCRADO NOS ANOS DE CULTIVO?

18) QUAIS FORAM AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NOS ANOS DE PRODUÇÃO E QUAIS FORAM AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA SUPERAR AS DIFICULDADES?

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ASSENTADOS DO
ASSENTAMENTO MARGARIDA MARIA ALVES I**

IDADE: _____

RENDA MENSAL: _____

MORADORES NA RESIDÊNCIA: _____

ESCOLARIDADE: _____

HÁ QUANTO TEMPO PRODUZ ALGODÃO COLORIDO? A RENDA DO ALGODÃO É
SUFICIENTE PARA SE MANTER? _____

REALIZA ALGUMA OUTRA ATIVIDADE PARA COMPLEMENTAR A RENDA?
QUAIS?

Observações importantes: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e a minha mãezinha Maria Santíssima, por serem meu sustento diário. Gratidão, discernimento e livramento ao longo de minha vida, em especial na minha graduação. Pois, sei que sem eles não seria ninguém nesse universo. Obrigado força divina!

Aos meus pais, Maria de Oliveira Marinho e Severino Bernardo Marinho. Que mesmos sendo analfabetos, nunca mediram esforços para me educarem, orientarem, investirem e de terem me dado o melhor, do jeito que eles sempre depositaram votos de confiança. Visto que, não foi fácil para todos, e mesmo assim sempre estiveram me apoiando e incentivado a seguir nos estudos.

A todos os meus irmãos, em especial a minha irmã Joselma Marinho que para mim, é uma segunda mãe. E sempre não desistiu de mim e muito menos me criticou por estar onde estou.

Agradeço à minha orientadora Maria Marta, pela disponibilidade em me orientar, e por ter estado sempre à disposição tirando minhas dúvidas. Muito obrigado pela paciência e pela colaboração com meu crescimento acadêmico. E desde já, desejo todo sucesso do mundo.

Agradeço à banca examinadora, pela disponibilidade em analisar o presente trabalho, colaborando nesse processo de conhecimento.

Ao meu amigo, parceiro acadêmico, Jean Campos, que esteve comigo em diversos momentos, bons e difíceis nessa jornada.

Agradeço, sem citar nomes, aos demais colegas de Curso da turma 2016.1 e aos que cruzaram a minha vida. Desde as parcerias no transporte escolar, até mesmo nas acadêmicas. Sou grato por todos os bons momentos compartilhados, pela amizade e por serem peças fundamentais durante os últimos anos de Curso. Desejo sucesso e um futuro promissor a todos.

A todo o corpo docentes do Departamento do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, meu imenso carinho e gratidão.

Agradeço, também, a todos aqueles que contribuíram para a realização da pesquisa, seja de forma direta ou indireta, meu muito obrigado, vocês foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Por fim, sinto-me honrado por cada apoio, orientações, as críticas recebidas durante a trajetória acadêmica, estes foram imprescindíveis, para que me continuasse firme na luta, obrigado!!